



BILHETE

do Sindicato

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS METROVIÁRIOS SP – FILIADO À FENAMETRO CUT 09/12/05 Nº 269

Pres.: Flávio Montesinos Godoi. Dir. Resp.: Manuel Xavier Lemos Filho. Redação e revisão: Marcela F. Oliveira, Mtb 45247. Projeto Gráfico e editoração: Maria Figaro, Mtb 25888
R. Serra do Japi, 31 - Tatuapé - CEP 03309-000 - São Paulo - SP. F: 6195-3600, Fax: 6198-3233. End. Eletrônico: sindicato@metroviarios-sp.org.br

Metroviários lutam contra a concessão da Linha 4 - Amarela

Em audiência pública realizada nesta terça-feira, 06/12, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), o Metrô reforçou sua disposição de conceder a exploração da Linha 4 – Amarela para a iniciativa privada, deixando claro que os trabalhadores desta linha não terão os mesmos direitos dos companheiros que atuam nas demais linhas, e que funções poderão ser extintas, consequentemente, causando o acúmulo de tarefas.

O presidente da Cia., Luiz Carlos Frayse David, atendeu o convite feito pelo presidente da Comissão de Transportes e Comunicações da Alesp, deputado Waldomiro Lopes (PSB), quando os parlamentares puderam fazer seus questionamentos a respeito da Linha 4 – Amarela. Foi uma ocasião totalmente diferente da desvirtuada audiência pública que aconteceu no Instituto de Engenharia, no dia 09/11.

Na Alesp, David respondeu uma série de perguntas feitas pelos deputados estaduais Zico Prado (PT), Antonio Mentor (PT), Simão Pedro (PT), Ana Martins (PCdoB), Arnaldo Jardim (PPS) e Edimir Chedid (PFL), mas, mesmo assim, não os convenceu, nem aos metroviários presentes, de que há realmente a necessidade de conceder a Linha 4 para o setor privado.

É injustificável que o estado entre com 73% do total dos investimen-

tos, e ainda seja obrigado a investir na modernização e ampliação da Linha C da CPTM (Osasco-Jurubatuba, que irá até o Grajaú). Fora isso, ao contrário do que acontece hoje, o estado não terá participação nos rendimentos resultantes da utilização comercial do espaço do metrô e seus arredores, por lojas e shoppings, por exemplo.

A iniciativa privada também terá lucro garantido, em detrimento dos cofres públicos, que além de não arrecadar, estarão fadados a gastar. Caso a arrecadação tarifária não atinja a meta do contrato da PPP, o estado irá assegurar que ele não tenha prejuízo, pagando a diferença do lucro esperado, sem contar que durante os 30 anos de concessão, toda a receita da L 4 ficará para a iniciativa privada, pois no entendimento do governo do estado, se não for garantido o lucro, não haverá o interesse do setor privado.

Infelizmente estes foram os atrativos que o governo Alckmin e o Metrô colocaram à disposição da iniciativa privada para tornar o Metrô um negócio rentável. Com tudo isso, as conquistas e direitos da categoria sofrerão vários ataques e, consequentemente, teremos pela frente uma luta que deverá ser travada com muita mobilização, organização e unidade de toda a categoria.

Portanto, o Sindicato convoca todos os metroviários que estiverem fora do horário de trabalho a participar do seminário que promoveremos, com o objetivo de debatermos a respeito da concessão desta nova linha do metrô para empresas privadas, e para nos prepararmos para lutar contra esta medida que poderá alterar completamente o futuro do metrô de São Paulo, enquanto empresa pública, estatal e que presta um serviço de qualidade.

Concessão da Linha 4 - Amarela
PPP - Parceria Público Privada

Quem ganha com isso?

Seminário: "Concessão da Linha 4 - Amarela: PPP - Quem ganha com isso?"

DIA 12/12, A PARTIR DAS 18H,
NO SINDICATO DOS ENGENHEIROS (RUA GENEBRA, 25 - PRÓXIMO À CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO).

SEMINÁRIO: DIA 12/12, SEGUNDA-FEIRA, DAS 18H ÀS 21H,
NO AUDITÓRIO DO SINDICATO DOS ENGENHEIROS DE SP
(R. Genebra, 25 - próximo à Câmara Municipal de SP)

Associação dos Engenheiros de São Paulo - AEP

Estado mínimo, esta é a lógica do governo Alckmin!

Em um dos momentos mais polêmicos da audiência pública realizada na terça-feira, 06/12, o presidente da Cia., Luiz Carlos Frayse David, comparou o salário dos OTs com o de pilotos de boeings. Para David, os metroviários não recebem direitos, mas sim benefícios e vantagens, que geram altos custos para o Metrô.

Ele tentou justificar a concessão da L4 para a iniciativa privada afirmando que estas empresas conseguem economizar em situações que as estatais não conseguiriam, comentando que no CCO da Ecovias trabalha ape-

nas uma secretária, que faz toda a recepção do local e ainda atende todos os diretores!

Sabendo disso, fica claro que a extinção e acúmulo de funções são louvados pelo governo Alckmin e pelo Metrô para reduzir custos, já que um único trabalhador recebe apenas um salário, desempenhando a função de vários e, mais ainda, que tal prática é praxe na administração das empresas privadas.

Não podemos ter dúvidas de que a retirada dos direitos dos metroviários privados servirá de

mote para o ataque aos direitos dos metroviários públicos, por isso, o combate intransigente a esta sanção é o principal objetivo da categoria. Trata-se de uma questão de sobrevivência.

Esta foi a situação em que ficou mais claro para os metroviários presentes que o governo Alckmin e a direção do Metrô não estão preocupados em manter a qualidade dos serviços prestados pela categoria à sociedade, pois também não hesitarão em retirar direitos e conquistas dos metroviários.

OT's insatisfeitos se mobilizam contra descasos da GOP

Em reunião realizada no dia 01/12, ficou evidente a insatisfação dos OTs, com relação às dificuldades que os funcionários do Metrô vêm enfrentando para manter a qualidade da prestação de um serviço reconhecido pela população de São Paulo como o melhor serviço público do estado.

Entre as diversas carências que temos hoje dentro da Cia, a que mais afeta o bom andamento do trabalho é a falta de funcionários. A operação, que é o cartão de visita do Metrô, hoje só não chega ao caos completo porque os funcionários se desdobram, ou em regime de horas extras, que já virou uma rotina principalmente nas estações e seguranças, onde os funcionários trabalham quase sem folgas, ou de uma forma hostil, quando direitos fundamentais são desrespeitados, chegando-se ao cúmulo de não ser respeitado os trinta minutos de intervalo para

as refeições, contrastando com o enorme nível de desemprego que hoje existe no estado de São Paulo.

Essa situação estressante vem levando vários companheiros ao seu limite. No tráfego, por exemplo, já temos casos de infarto e doenças psicológicas.

Além disso, a Cia. insiste em descumprir o acordo que determina o número de operadores de cada escala, firmado em 1997, entre ela, na figura do então gerente de operações, Décio (hoje diretor de operações), e o Sindicato. A alegação utilizada pela empresa para ter desrespeitado seu compromisso é que não tinham operadores para completar as escalas e que novos treinamentos começariam.

Depois de muitas lutas e mobilização, começaram estes treinamentos, mas a GOP, insiste em dizer

que não se compromete a completar as escalas, deixando a maioria dos OTs na escala semanal, sobrecarregando o trabalho noturno e dos finais de semana, e aumentando o tempo de permanência na escala semanal, principalmente da LLO.

Diante deste contexto, não há outra atitude a ser tomada a não ser a de intensificar a nossa luta para exigir do Metrô um basta nesta situação, e que se negocie com responsabilidade e se cumpra os acordos firmados.

Para isso, companheiras e companheiros, é necessário que todos participem das mobilizações agendadas, pois só desta forma conseguiremos nossos objetivos.

O Sindicato entrou em contato com a GRH, GOP e OPL relatando estes fatos e em breve teremos agendada uma reunião para tratar do assunto.

Metrus – Novo regime tributário do Plano II

Conforme publicado no **Plataforma 480**, de 26/10/05, na matéria METRUS x IR, o Sindicato cobrava a divulgação pelo Metrus, das mudanças no regime tributário.

Segundo divulgado no informativo Metrus On Line nº 11, de nov/05, o instituto enviou aos participantes do Plano II, correspondência sobre o assunto, bem como disponibilizou na sua página eletrônica (www.metrus.org.br), um simulador de cálculo, para ajudar na decisão e esta realizando palestras sobre o tema. O Sindicato alerta que a opção é somente para os participantes do Plano II, e é irreversível, portanto avalie qual é a opção mais vantajosa.

Próximas palestras:

- 09/12 – 10h e 15h em BTO
- 12/12 – 10h e 15h no CCO
- 13/12 – 15h no Metrus
- 14/12 – 7h30 e 15h30 no PIT
- 16/12 – 15h no Metrus